



Canal Energia – 19 Set 2003

Agentes têm prazo até o dia 25 para enviar propostas e sugestão sobre novo modelo MME quer cumprir o prazo de novembro, dado pela Casa Civil, para encaminhar o novo modelo ao Congresso

Oldon Machado, Mercado Livre
19/09/2003

Sempre acostumado a ser cobrado pelos agentes sobre os pontos da proposta do novo modelo do setor elétrico, o Ministério de Minas e Energia agora está cobrando. Num conference call na última quinta-feira, dia 18 de setembro, com representantes de associações e grupos econômicos, o secretário executivo do MME, Maurício Tolmasquim, pediu que a proposta final, elaborada em conjunto, seja entregue até próxima quinta-feira, dia 25.

"Os agentes não estão chegando a uma convergência de idéias em relação a alguns pontos. Precisamos das contribuições, mesmo que sejam discordantes", comentou Tolmasquim, que participou do seminário "O futuro do setor elétrico brasileiro: obstáculos e oportunidades", no Rio de Janeiro. O MME quer cumprir o prazo de novembro, dado pela Casa Civil, para enviar o novo modelo ao Congresso. Os agentes, no prazo inicial, deveriam encaminhar o documento no dia 18.

O trabalho de elaboração do documento, feito por oito grupos coordenados pela CBIEE (Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica), trata de áreas como geração, distribuição, transmissão, além de pontos pesados da vida do setor como política tarifária, financiabilidade, planejamento, contratação de energia e tributação e encargos setoriais.

Os grupos de trabalho vão utilizar também as contribuições já elaboradas individualmente por diversas associações, como Abrage (geradoras), Abrace (grandes consumidores), Abradee (distribuidores), Apine (produtores independentes) e Abraceel (comercializadores). A idéia, da mesma maneira, é condensar todas as opiniões, observações e críticas num só documento.

"Os agentes pediram um prazo a mais", disse a ministra, hoje, durante o seminário, no Rio. "Ainda estamos fechando as contribuições", admitiu Cláudio Sales, presidente da CBIEE (Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica), ao participar do mesmo evento. A demora na elaboração do novo modelo e das propostas de associações e grupos econômicos mostra bem a dificuldade de consenso nas negociações.

Sem IGP-M - O secretário executivo confirmou que na última quinta-feira, dia 18, recebeu proposta da Abrage (Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica) para adoção do IGP-M para reajustar os contratos do pool. "Este pleito não será incorporado com certeza absoluta", garantiu Tolmasquim. Sobre a criação de um índice específico, o secretário adiantou que o Ministério da Fazenda elabora um estudo sobre a questão para o MME.

"Existe a tendência de não se adotar um índice setorial. Pode-se usar um índice já existente ou uma cesta de índices", reafirmou o secretário executivo. O ministério também criou um grupo para discutir a questão tributária, que hoje come cerca de 40% das receitas do segmento de distribuição. Os agentes (Abradee e CBIEE) e a Eletrobrás também estudam a questão.

Neste ponto, segundo Maurício Tolmasquim, o governo pretende centrar as análises em dois pontos: na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) sobre a definição de alíquotas do ICMS e na reforma tributária como um todo.